

**AS CRISES ECONÔMICAS MUNDIAIS E AS VARIÁVEIS ECONÔMICAS
NO BRASIL**

Carlos Francisco Simões Gomes
Universidade Federal Fluminense
cfsg1@bol.com.br

Priscilla Cristina Cabral Ribeiro
Universidade Federal Fluminense
priscillaribeiro@id.uff.br

Fernanda Abizethe de Carvalho Duim
Universidade Federal Fluminense
fernanda.duim@gmail.com

Adriana Manzolillo Sanseverino
Universidade Federal Fluminense
adrianams@id.uff.br

Resumo

Nas economias capitalistas acontecem crises econômicas vindas da escassez, mas as crises mais características desse sistema são as de superprodução. Uma crise econômica é uma perturbação na vida econômica, atribuída, pela economia clássica, a um desequilíbrio entre produção e consumo e localizada em setores isolados da produção. Após os anos 2000 houve duas crises no país e, apesar da recuperação da economia entre elas, houve impactos em suas variáveis econômicas. Este artigo tem como objetivo identificar as possíveis correlações entre variáveis econômicas à luz do histórico do impacto das crises mundiais no Brasil a partir do ano 2000. Para isso, foram utilizadas as pesquisas bibliográfica e documental e foi utilizada a correlação linear de Pearson.

Palavras chaves: Moeda e Taxa de juros, Ordem Econômica Internacional, Crises financeiras.

JEL Classification: E3, E4, F02, G01.

AS CRISES ECONÔMICAS MUNDIAIS E AS VARIÁVEIS ECONÔMICAS NO BRASIL

1. Introdução

O Brasil, após os anos 2000, vivenciou uma crise econômica entre os anos de 2008 e 2009 provenientes de uma crise externa, que causou impactos na economia, nos principais agregados econômicos e variáveis, tais como: Produto Interno Bruto (PIB), inflação, Balança Comercial, dólar, taxa de juros e taxa de desemprego.

De acordo com Vidal (2011), uma crise financeira pode ser caracterizada como os desequilíbrios e recessões oriundos da busca pela riqueza, seja em termos de crescimento econômico, seja em patrimônio do investidor. Assim, qualquer revés que ocorra em uma economia pode ser transmitido a outras. As crises podem ser: de inflação, choques cambiais, estouro de bolha de ativos, crises bancárias, crises de dívidas internas e externas (REINHART; ROGOFF, 2010).

Todas as análises para a descrição ou solução das crises partem do estudo entre as variáveis econômicas dos agregados macroeconômicos e suas correlações. Essas correlações auxiliam no estudo e nas discussões das relações (diretas ou inversas) entre os agregados, e causam reflexões que podem enriquecer a discussão econômica.

Este artigo tem como objetivo identificar possíveis correlações entre variáveis econômicas à luz do histórico do impacto das crises mundiais no Brasil a partir do ano 2000.

Empregaram-se dois tipos de pesquisa: a bibliográfica e a documental. Seu uso é justificado por haver a estruturação da revisão bibliográfica por meio do levantamento de informações teóricas já analisadas e publicadas em meios escritos ou eletrônicos (livros, artigos científicos, *web sites*, dentre outros) e pelo trabalho se valer de fontes mais diversificadas sem um tratamento analítico.

De acordo com Günther (2006), as pesquisas, conforme as abordagens metodológicas que englobam, são geralmente classificadas em dois grupos distintos – o quantitativo e o qualitativo. Neste trabalho, foi utilizada uma interação entre as abordagens qualitativa e quantitativa, devido ao tratamento das correlações e à análise das variáveis econômicas pela compreensão dos fenômenos ocorridos na economia brasileira a partir dos anos 2000.

Este artigo está estruturado em cinco sessões. Esta primeira sessão apresenta o problema de pesquisa; a segunda descreve o histórico das crises; a terceira explica os fatores macroeconômicos; na quarta são apresentadas as correlações observadas pelos fatores macroeconômicos e a análise realizada; na última sessão as conclusões, seguidas pelas referências utilizadas no texto.

2. As crises no Brasil: 2002/2003 e 2008/2009

A primeira fase (de 1999 a 2002) caracteriza-se pela escassez de fluxos de capitais de natureza financeira (investimentos de portfólio e empréstimos bancários) para o Brasil e os demais países emergentes, que se instala após as crises asiática, russa e brasileira (PRATES; CUNHA; LÉLIS, 2011). Durante a crise cambial de 2002, os resultados mostram que o Brasil respondeu de acordo com a condição de equilíbrio, mas os choques exógenos foram de tal magnitude que inviabilizaram a convergência da inflação no período (BALBINO; COLLA; TELES, 2011).

AS CRISES ECONÔMICAS MUNDIAIS E AS VARIÁVEIS ECONÔMICAS NO BRASIL

Segundo Bernal-Meza (2002) um dos fatores que levou o Brasil, na década de 1990 a se aproximar da ALCA, foi a extrema fragilidade da economia brasileira, logo após as crises da Ásia (1997) e da Rússia (1998), quando os riscos de uma corrida contra o Real levaram o presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) a fechar um acordo com os organismos multilaterais de crédito e com o governo norte-americano, para apoiarem a moeda em troca de um pacote de reformas fiscais, comerciais e financeiras que levariam, entre outros aspectos, à flutuação do Real (janeiro de 1999). Apesar do presidencialismo, a política econômica brasileira na segunda metade da década de 1990 foi passiva, na medida em que não houve iniciativas, como consequência fundamentalmente dos problemas econômicos internos, estruturais e conjunturais, em uma situação de crise econômica, financeira e de infraestrutura (eletricidade) que se prolongou até o início do novo milênio. A redução das aspirações globais, a persistência de dificuldades com os Estados Unidos e o fracasso de diversas iniciativas econômicas e políticas acentuaram a preocupação do Brasil com um cenário geográfico e político imediato, surgindo a partir daqui uma fase de maiores desencontros políticos e comerciais com a Argentina, que marcariam o fim da década com um momento de incertezas em relação à continuidade do MERCOSUL e sobre o sentido profundo da suposta aliança estratégica com seu vizinho (BERNAL-MEZA, 2002).

Nos anos 2001-2002 também ocorreu a crise econômica da Argentina, gerando a quebra do sistema bancário, dando origem a uma carestia de proporções imensas, que evoluiu para o caos nas ruas das principais cidades. O presidente na época, Fernando De La Rúa, foi forçado a renunciar, e o país entrou em falência.

A crise energética no Brasil, com um racionamento e apagões prementes, mesmo com o aumento punitivo das tarifas só agravava a crise. A situação do Nordeste era bastante complicada. O investimento de 45 bilhões de reais do BNDES não seria suficiente e a escassez de energia podia durar até 2003. Os efeitos imediatos da crise energética foram: o grande aumento da impopularidade de FHC; o fortalecimento da opinião do brasileiro contra o paradigma neoliberal, em particular as privatizações; piora da situação macroeconômica do Brasil. A crise energética acabou com as expectativas de crescimento para o país (estimado agora por várias instituições em pouco mais de 2% contra 4,4% no início do ano) e tornou muito mais vulnerável o balanço de pagamentos (maior déficit comercial, menos investimentos externos). Até o fim do mês de maio, o dólar acumulava uma alta de 20% no ano de 2001, com efeitos acumulados sobre a dívida pública (GUIMARÃES, 2001).

Antes da eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva (Lula), já se iniciava uma estagnação econômica, com deterioração do mercado de trabalho e aprofundamento dos passivos fiscal e externo. Havia, às vésperas das eleições de 2002, significativos desajustes nos seus estoques de dívida pública e externa. A dívida líquida do setor público já estava acima de 50% do PIB, tinha seu prazo de maturação encurtado cada vez mais (com um giro médio inferior a três anos), apresentava um custo de carregamento de cerca de 8% do PIB (juros nominais sobre a dívida) e terminou o ano de 2002 com um perfil de indexação em que os títulos atrelados à variação cambial respondiam por 1/3 da dívida total. Ademais, as incertezas associadas ao processo eleitoral fizeram com que a taxa de câmbio disparasse, com uma desvalorização nominal de 60% entre janeiro e outubro de 2002 (FONSECA et al., 2013).

Ao assumir em 2003, o presidente Lula manteve não só alguns marcos essenciais da política econômica em prol da estabilidade do governo FHC (metas de inflação, taxa de câmbio flexível e valorizada, superávit primário), mas ampliou vários programas de assistência social. As políticas macroeconômicas mantidas por Lula eram fundadas no famoso tripé composto por uma política monetária determinada pelas metas de inflação, câmbio flutuante e uma política

AS CRISES ECONÔMICAS MUNDIAIS E AS VARIÁVEIS ECONÔMICAS NO BRASIL

fiscal visando manter um superávit primário que compensasse o déficit nominal das contas públicas (no contexto deste artigo, essas são as “políticas neoliberais”). Essas políticas são também associadas às reformas institucionais da década de 1990, que resultaram em forte liberalização comercial, desregulamentação financeira, uma crescente abertura da conta de capitais e outras reformas microeconômicas coerentes com o suposto da eficiência intrínseca dos mercados, denominadas aqui de “reformas neoliberais” (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011).

Quando o ano de 2002 se encerrou, o mundo encerrava um grande conjunto de crises. Após esse período não houve crises que afetaram a economia brasileira, até 2007, e, em 2005, foi implantada uma política de juros altos para conter a inflação. Depois de melhorias nos resultados das exportações, no mercado de trabalho, queda no risco-país, resultados em conta corrente superavitários (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2010), recordes sucessivos na balança comercial, relação dívida líquida do setor público/PIB recuando, com um perfil de financiamento melhorado, expansão do consumo das famílias, entre outros resultados positivos da economia brasileira, veio a crise financeira global, no último trimestre de 2008, quando o Brasil já deixava para trás a impressão de ser um BRIC de segunda linha (FONSECA et al., 2013).

Em 2006 começou a alta liquidez internacional impulsionada pelo robusto crescimento mundial. Observou-se um forte crescimento econômico em todas as regiões do globo, em especial nas economias emergentes. Somado a isso, ocorreu uma abundância dos fluxos de capitais, associada ao novo ciclo de liquidez para os países emergentes (que emergiu em 2003 e atingiu seu pico em 2007) e resultados favoráveis nas transações comerciais e correntes com o exterior, relacionados à própria depreciação do período precedente, mas também ao forte crescimento do comércio internacional (PRATES; CUNHA; LELIS, 2011).

A crise do *subprime* de 2007, com difusão em 2008-2009, como é definida por Moreira e Soares (2010), atingiu a economia mais forte do mundo, a norte-americana. Para Milaré (2013), há duas formas de se enxergar o fracasso em se impedir a crise financeira de 2008: os modelos econômicos utilizados não incorporavam bolhas, logo, a crise era imprevisível. A crise era previsível, se aplicadas outras técnicas de leitura da economia.

Para Cipolla (2012), a crise de 2007 se iniciou como uma crise bancária moderna, envolvendo condições que não existiam nas crises bancárias anteriores. Sua base foi o financiamento às famílias para aquisição de casa própria, o aumento do preço das casas decorrente do aumento da demanda, a sanção do aumento do crédito imobiliário pelo aumento de preços das casas, até a derrocada.

De acordo com Lopes (2009), a crise de 2007 foi iniciada a partir do rompimento da bolha no mercado imobiliário combinada com a desorganização dos mercados financeiros, seguida pelo colapso do crédito bancário. Com o país mais importante dentro do atual sistema capitalista, houve um impacto na economia de todos os outros países, desenvolvidos ou não, como Portugal, Espanha, Grécia, Irlanda, Itália. Nestes países, além das consequências advindas da crise, já havia grandes dívidas externas, extrema desvalorização da moeda, desemprego em níveis bastante altos e descompasso dos parceiros europeus sobre como resolver os problemas dos mais fracos.

Cipolla (2012) busca uma explicação para a crise de 2007 em teorias marxistas e conclui, em sua pesquisa, que os lucros que não encontram possibilidades de acumulação produtiva são canalizados para o sistema financeiro na forma de: aplicações financeiras; expropriação de parte da renda da classe trabalhadora na forma de juros bancários, processo relacionado, à crescente utilização, pelas grandes empresas, do mercado livre de crédito como

AS CRISES ECONÔMICAS MUNDIAIS E AS VARIÁVEIS ECONÔMICAS NO BRASIL

alternativa ao crédito bancário e à conseqüente busca dos bancos por fontes de lucros alternativos; uma fonte mais dinâmica de crescimento dos lucros bancários, que passou a ser a apropriação financeira de parte dos salários, via bancos que tomaram para si a tarefa de expandir continuamente o crédito ao consumo, notadamente o crédito imobiliário. Acrescido a isso, os trabalhadores teriam sido forçados ao endividamento devido à estagnação dos salários e ao caráter mercantil das necessidades sociais de moradia, saúde e educação. O Quadro 1 apresenta uma visão econômica marxista da crise:

Quadro 1: Visão econômica marxista da crise

Autores	Causas da Crise	Crítica
Costas Lapavitsas Paulo dos Santos	Independência financeira das grandes corporações em relação ao crédito bancário levou bancos a redirecionar fluxos de crédito para as famílias como fonte alternativas de lucros na forma de expropriação financeira face a salários estagnados.	A teoria da expropriação financeira implica que os juros são uma subtração do valor da força de trabalho e, desse modo, a teoria se assenta sobre a hipótese que a força de trabalho está sendo paga sistematicamente abaixo do seu valor.
Michel Husson	Aumento da taxa de exploração de trabalho e da taxa de lucro sem aumento da taxa de acumulação redirecionou a mais valia para as finanças como forma de gerar fontes alternativas de demanda.	O aumento da taxa de exploração teria enfraquecido a demanda efetiva e tornado inviável a acumulação da mais valia, mas não explica como esse processo pode se reiterar continuamente.
John Bellamy Foster Fred Magdoff	Monopólios lucrativos não podem reinvestir o excedente para não reprimir suas margens de lucro, de modo que a mais valia busca valorizar-se através de aplicações no mercado financeiro, gerando ondas de especulação.	A produção de meios de consumo não é proporcional ao investimento, mas apenas ao investimento em meios de consumo, e não há motivos pelo qual a produção de meios de consumo não possa se adaptar ao nível de demanda.
Andrew Kliman	Sem destruição de capital, a taxa de lucro efetiva não consegue aumentar acima da taxa de juros de longo prazo, que é baixa, e mantém a economia em regime de letargia de modo que os governos tentam compensar este fato, facilitando o crédito e criando bolhas especulativas.	A análise diverge da visão de Marx, para quem a redução da taxa de juros resulta do aumento de c/v . Ademais, para Marx, a massa de lucro deve ser levada a estagnação, fato que não pode ocorrer na teoria de Kliman, já que a sua taxa de lucro de longo prazo é positiva.

Fonte: Adaptado de Cipolla (2012)

Monteiro (2008) afirma que a sequência da crise iniciada em março de 2008, com o reconhecimento da falta de liquidez de fundos do quinto maior banco de investimentos dos Estados Unidos (EUA), levou a um forte agravamento dessa crise que acabou por se estender a vários outros segmentos do mercado financeiro. De acordo com o mesmo autor, o Brasil recebeu influência dessa crise pela similaridade de processos ou regimes que têm sido acionados pelos *policy makers*, para pôr em prática políticas compensatórias. Segundo o autor,

AS CRISES ECONÔMICAS MUNDIAIS E AS VARIÁVEIS ECONÔMICAS NO BRASIL

tanto nos EUA, quanto no Brasil, as decisões acerca da crise se concentravam no Banco Central e, no caso norte-americano, no Departamento do Tesouro.

Para Ramos et al. (2012) as causas dessa crise foram a falta de mecanismos regulatórios suficientes para o setor das finanças e a falta de uma política de coordenação macroeconômica clara entre as maiores economias do mundo. Acrescido a isso, Marques e Nakatani (2013) afirmam que, no Brasil, os capitais estrangeiros continuaram a ser fonte de expressivas remessas de excedente para o exterior e tornaram a economia brasileira ainda mais exposta ao movimento do capital internacional, principalmente em momentos de crise.

Podem-se perceber os efeitos da crise na economia mundial, que cresceu 1,33% em 2008 e -2,25% em 2009. Nos EUA, as taxas de crescimento do PIB foram de -0,3% e -2,8% respectivamente (WORLD BANK, 2015). Nesses dois anos o desempenho do Euro foi o pior, principalmente na Grécia, Portugal, Espanha, Itália e Irlanda. Contudo, nem todos os países apresentaram o mesmo comportamento nesses anos, como foi o caso dos BRICS. Apesar das constatações, a expectativa de que esses países possam garantir uma taxa de crescimento mais elevada do PIB e alavancar o crescimento da acumulação mundial está sendo abandonada (MARQUES; NAKATANI, 2013).

Os bancos centrais dos principais países do mundo tentaram minimizar a crise com um estímulo ao investimento e ao consumo, via política monetária dos principais bancos centrais do mundo, como o *Federal Reserve*, o Banco Central Europeu, o Banco da Inglaterra, o Banco Central do Japão, reduzindo, continuamente, a taxa básica de juros. Esses bancos centrais não só reduziram as taxas de juros como, ao mesmo tempo, efetuaram a criação primária de moeda e monetizaram dívidas, expandindo a base monetária, sem nenhuma preocupação quantitativa a respeito dos preços. Apesar das estratégias, não conseguiram recuperar investimentos e nem tiveram resultados positivos no crescimento da demanda. O Brasil até 2013 adotava essa mesma política, que foi alterada após o novo governo Dilma. Em relação à política fiscal, ela estava direcionada, as outras economias, à redução dos déficits fiscais através da diminuição dos salários, cortes de gastos públicos e redução de benefícios previdenciários, entre outras medidas, que afetavam, profundamente, o poder de compra dos trabalhadores. O Brasil não seguia, até então, essa receita ortodoxa, mas passou a adotá-la esse ano. Porém, até 2013, nem a política monetária e nem as diferentes políticas fiscais estavam conseguindo mudar o quadro de estagnação geral (MARQUES; NAKATANI, 2013).

Em relação ao capital fictício, esse não teve uma desvalorização, mas um crescimento nos anos após o colapso do Lehman Brothers, no mundo e em quase todos os países. Nos principais países capitalistas ocidentais, o comportamento do mercado acionário foi muito parecido: entre 2007 e 2008, a queda foi de 41,2% nos Estados Unidos, de 52,0% no Reino Unido, de 47,4% na Alemanha e de 46,1% na França. Outro componente do capital fictício, que é representado pelo valor de mercado ou valor acionário, e é estimado pela multiplicação do número de ações de cada empresa pela cotação dessa ação, sofreu uma redução após 2007, mas não tão importante quanto deveria. Em relação aos ativos totais dos bancos, que vinham crescendo, sofreram uma pequena queda de 4,7% entre 2007 e 2008 e continuaram caindo em 2009 (MARQUES; NAKATANI, 2013).

Segundo Moreira e Soares (2010), no que tange à comparação entre 2008 e 2009, ou seja, o período central da crise, as economias em desenvolvimento e emergentes também demonstraram um maior poder de reação, sendo menos afetadas com um menor aumento das taxas de desemprego. As análises sobre as causas e o que ocorreria nas crises levariam a “[...] concluir que o primeiro canal pelo qual a crise desembarcaria na economia brasileira seria pela

AS CRISES ECONÔMICAS MUNDIAIS E AS VARIÁVEIS ECONÔMICAS NO BRASIL

desorganização do sistema bancário” (MOREIRA; SOARES, 2010, p. 30). Entretanto, isso não aconteceu, mas houve impactos na economia brasileira, tais como: contração de crédito produzida pelo processo de redução da alavancagem no sistema financeiro global e consequente fragilização dos bancos; destruição de riqueza, como resultado da queda nos preços de ativos financeiros, como imóveis e ações; deterioração das expectativas sobre a evolução futura da atividade econômica, afetando decisões de dispêndio de empresas e famílias; e redução no crescimento das exportações e do comércio mundial (LOPES, 2009).

Para Dathein (2011), a crise de 2007/2008 não seria uma mera crise financeira, ocorreu, de fato, uma expansão de instrumentos monetários e financeiros que implicaram importantes mecanismos que levaram à crise, mas o fortíssimo crescimento do endividamento das famílias e das empresas, principalmente as financeiras, retardou a reversão da taxa de lucro. Com a massa salarial em queda relativa e a acumulação com fraco desempenho, a sustentação da demanda dependia do crescimento ilimitado do endividamento, o que era impossível.

Uma das medidas brasileiras para se opor a crise foi o anúncio em 11 de dezembro de 2008, de uma nova rodada de medidas de estímulo econômico que, se por um lado, representou a reação padronizada que vinha sendo testada em inúmeras economias nacionais, por outro lado evidenciou o sucesso de dois mecanismos institucionais recorrentemente acionados na economia brasileira: o *lobbying* da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), que mais uma vez foi bem-sucedido em seu pleito de obter uma transferência de renda a favor das montadoras de veículos (MONTEIRO, 2009).

De acordo com três indicadores utilizados por Salama (2010) – um indicador de fluxo que busca medir a necessidade de financiamento externo; reservas; uma relação entre o passivo externo e seus componentes, de um lado, e o PIB, de outro – a vulnerabilidade externa do Brasil diminuiu, mas não pôde impedir o contágio da crise financeira em 2008 e em 2009, contrariamente aos que prognosticavam uma blindagem da economia brasileira à crise. De acordo com Pochmann (2009), o Brasil foi impactado pela crise de outubro de 2008 no seu PIB, que reduziu mais de 4%, entre o último trimestre de 2008 e o primeiro semestre de 2009. Dentro desse cenário, o setor industrial retrocedeu 11,6%, a agricultura expandiu 0,6% e o setor terciário cresceu 4,2%. Com a redução da produção industrial, as contratações cresceram menos que as demissões e, então, o País teve uma trajetória de redução do desemprego interrompida e substituída por um crescimento.

Monteiro (2009, p. 988) colocou como “considerações estratégicas” da crise de 2008/2009: a mudança da economia pública de países emergentes, de um perfil ineficiente para, até mesmo, geradora de empregos extintos no setor privado; a concentração nos mercados ofertantes de bens e serviços, podendo levar a cartéis e estruturas monopolistas, devido à queda da demanda e a extinção de algumas firmas; maior regulação transnacional (sobre paraísos fiscais, por exemplo), pode-se especular que as economias nacionais operarão sob regras menos limitativas, ditadas por organismos como a OMC, o FMI e o Banco Mundial.

Em relação à política comercial, segundo Baltar (2014), a crise mundial vem prejudicando as exportações brasileiras, embora o preço das commodities tenha se mantido em nível elevado, permitindo um crescimento médio anual de 4,1% das exportações entre 2008 e 2013. Já a importação multiplicou por 2,7 entre 1989 e 1999 (crescimento de 10,4% ao ano) e voltou a multiplicar por 3,5 entre 1999 e 2008 (crescimento de 15% ao ano). Na crise, a importação aumentou 6,7% ao ano, entre 2008 e 2013. O saldo do comércio exterior de bens que tinha sido positivo em 16,1 bilhões de dólares, em 1989, passou a ser negativo desde 1995 e o déficit alcançou 6,7 bilhões de dólares, em 1997. O déficit comercial diminuiu para 1,2

AS CRISES ECONÔMICAS MUNDIAIS E AS VARIÁVEIS ECONÔMICAS NO BRASIL

bilhão em 1999 e o comércio exterior passou a ser superavitário desde 2002, alcançando saldo positivo de 46,4 bilhões de dólares em 2006, diminuindo desde então, mas ainda sendo positivo em 2,5 bilhões de dólares em 2013.

Em setembro de 2009, a economia mundial dava sinais de estabilidade dos mercados financeiros e de interrupção da queda das atividades econômicas (RAMOS et al., 2012). Porém, quatro anos após a crise do capitalismo, que se manifestou na esfera financeira nos EUA em 2008, ela continua se aprofundando em parte dos países da área do Euro e com reflexos por todo o mundo. A taxa mundial de crescimento do PIB, que já era baixa, tende a cair ainda mais no futuro próximo, segundo as previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI), e pelas expectativas pessimistas dos capitalistas, segundo muitos economistas (MARQUES; NAKATANI, 2013).

Com relação à crise da zona do Euro, e da Grécia em particular, essa desviou o foco das problemáticas sobre a reforma e coordenação da economia global. Neste cenário, a China se apresentou como peça chave para o equacionamento político da tragédia econômica europeia (RAMOS et al., 2012). Nesse contexto, o Brasil percebeu uma oportunidade para a mudança na estrutura do sistema financeiro e econômico internacional. O governo brasileiro declarou a intenção de adotar políticas anticíclicas, ao mesmo tempo em que buscava manter o cumprimento das metas fiscais de superávit primário, definidas para 2008 e 2009 (RAMOS et al., 2012). O Quadro 2 apresenta um resumo do histórico das crises:

Quadro 2- Resumo Histórico das Crises econômicas no período 1994-2009

Crise	País de origem	Marco de início da crise	Período de tranquilidade	Período de crise
Crise mexicana	México	1994	Anterior 1994	1994-1995
Crise da Ásia	Hong Kong	1997	01/06/1996 a 16/10/1997	17/10/1997 a 05/03/1998
Crise da Rússia	Rússia	Primeira queda do índice da bolsa no período. Moratória Russa	01/01/1998 a 26/07/1998	27/07/1998 a 16/09/1999
Crise Brasileira	Brasil	1999 Colapso Cambial no Brasil	20/09/1998 a 26/07/1998	04/01/1999 a 15/03/1999
Crise da bolha da Internet	EUA	Primeira queda do índice NASDAQ no período	04/01/1999 a 10/03/2000	11/03/2000 a 23/04/2001
Crise turca	Turquia	Rápida corrosão de sua moeda	Anterior a 1996	2000-2001
Crise econômica da Argentina	Argentina	Quebra do sistema bancário	Anterior a 1996	2001-2002
11 de setembro	EUA	Ataque terrorista ao WTC	25/04/2001 a 10/09/2001	11/09/2001 a 08/04/2003
Crise da Argentina	Argentina	Primeira queda do índice da bolsa no período	01/01/2001 a 11/0/2001	12/07/2001 a 24/05/2002
Crise Brasileira de 2002	Brasil	Primeira queda do índice da bolsa no período	01/01/2001 a 12/09/2001	13/09/2001 a 02/02/2003
Crise do Subprime	EUA	Primeira queda do índice da bolsa no período	09/10/2005 a 25/07/2007	26/07/2007 a 17/03/2009

Fonte: autores – compilação da bibliografia

AS CRISES ECONÔMICAS MUNDIAIS E AS VARIÁVEIS ECONÔMICAS NO BRASIL

De acordo com o Quadro 2 se observa que as crises do período 1994-2009 tiveram como causas e consequências problemas de cunho monetário, financeiro e cambial, demonstrando que a questão tributária inerente à Política Fiscal pode causar instabilidade e insatisfação interna (aumento dos preços e conseqüente queda das vendas), redução de popularidade do governante (por meio da redução de gastos públicos - e conseqüente 'congelamento' de salários do funcionalismo público, redução ou suspensão de concursos públicos, elevação de alíquotas de impostos e outras medidas - para a contenção do déficit primário), mas não tem sido a maior preocupação dos dirigentes e ministros no que tange às crises desse período, ainda que na Economia todas as Políticas Macroeconômicas sejam integradas.

3. Considerações macroeconômicas, variáveis e as crises

Existem três correntes que atribuem explicações para as instabilidades. A primeira, denominada de modelo de primeira geração, atribui como causa da instabilidade cambial os fracos "fundamentos" das economias, sugerindo que sob um regime de câmbio fixo, persistentes inconsistências de política econômica levariam à dilapidação das reservas internacionais de forma gradual, resultando em um ataque especulativo.

A segunda corrente advoga que as expectativas do mercado podem precipitar uma crise, dependendo da natureza dos choques e das condições iniciais. A grande contribuição desta corrente, denominada de modelos de segunda geração, é identificar a possibilidade de equilíbrios múltiplos com profecias autorrealizáveis (MENEZES et al., 2005).

Para a terceira corrente, desajustes no sistema bancário podem preceder as crises cambiais, e vice-versa. De fato, fragilidades financeiras favorecem o incremento da vulnerabilidade e a perda de credibilidade no sistema por parte dos agentes econômicos, desencadeando uma corrida contra a moeda nacional. (MENEZES et al., 2005).

Em crises econômicas outras relações entre variáveis macroeconômicas podem ser afetadas e resultar em desequilíbrios, déficits, impactando negativamente a economia. Como exemplo disso, a relação entre crescimento econômico e política fiscal tem sido pesquisado na literatura por meio de duas variáveis, gastos públicos e renda nacional, e os resultados empíricos obtidos possuem importante relevância teórica e política. Sob o aspecto teórico, os primeiros estudos dessa corrente testaram duas hipóteses tradicionais sobre gastos públicos: a hipótese wagneriana e a hipótese keynesiana. A Lei de Wagner considera os gastos públicos como uma variável comportamental, ou seja, endógenos, postulando que o crescimento na atividade econômica causa um aumento nas atividades governamentais. A teoria keynesiana tradicional afirma que, no curto prazo, a política fiscal tem um efeito positivo sobre o nível de atividade econômica, através do multiplicador dos gastos. Logo, os gastos públicos são considerados um instrumento exógeno de política econômica, causando mudanças no nível agregado do PIB real no curto prazo e sendo usados para corrigir as flutuações cíclicas da economia (GADELHA, 2011).

A partir de 1999, a estratégia brasileira passou a ser fundamentada no tripé metas de inflação, metas fiscais e flexibilidade cambial. O objetivo principal do governo, no entanto, continua sendo a manutenção da estabilidade inflacionária baseada na obtenção de credibilidade e de reputação perante os mercados financeiros domésticos e internacionais (VIEIRA; VERÍSSIMO, 2009).

AS CRISES ECONÔMICAS MUNDIAIS E AS VARIÁVEIS ECONÔMICAS NO BRASIL

Quanto ao PIB, o indicador de crescimento econômico de uma economia, tem sua evolução no período 2003-2012, demonstra que o Brasil teve um impacto alto em seu crescimento econômico, devido a sua taxa de evolução ter ficado abaixo da média mundial, inclusive de países com economias menos desenvolvidas, como os países da América Latina e Caribe.

No período anterior (1994-2002), observa-se quase uma estabilização do PIB mundial e da renda per capita, provavelmente fruto das 11 crises mencionadas no Quadro 2. Em 2009 ocorre uma forte queda decorrente da crise dos EUA.

A Política Monetária pode afetar o nível de atividade econômica, e o mecanismo mais tradicional é via despesa de investimento da economia, que é um dos componentes da demanda agregada. A oferta de crédito reage, assim, positivamente à taxa de juros básica da Autoridade Monetária, pois quanto maior a taxa de juros, maior é a rentabilidade oferecida aos depositantes e menor é a propensão a consumir, na medida em que há um maior incentivo à postergação do consumo corrente a fim de se permitir um maior consumo futuro (CARNEIRO; SALLES; YEN HON WU, 2006).

4. Correlação das variáveis macroeconômicas

O termo correlação, também denominado de coeficiente de correlação, segundo Moore (2007), significa a relação entre dois fatores. A estatística se utiliza da correlação para determinar a força que mantém unidos dois conjuntos de valores, verificando a existência e o grau dessa relação. Vários coeficientes podem ser utilizados para diferentes situações. No presente artigo é feita a correlação de Pearson “(ρ de Pearson”.

O sinal do coeficiente de correlação linear de Pearson expressa o sentido da correlação, e sua intensidade é representada por um valor numérico que oscila entre -1 e 1. Em situações extremas, dois caracteres podem apresentar correlação linear negativa perfeita ($r = -1$) ou positiva perfeita ($r = 1$) ou, ainda, ausência de relação linear ($r = 0$).

Estudos complementares, como, por exemplo, os de correlações parciais, análise de trilha e correlação canônica, são importantes para avaliar as inter-relações em um conjunto de caracteres (CRUZ; REGAZZI, 1997; CRUZ; CARNEIRO, 2003; HAIR et al., 2005). Por dependerem do coeficiente de correlação linear de Pearson, esses procedimentos estatísticos serão tanto mais confiáveis, quanto mais precisa for sua estimativa. Quando o tamanho de amostra é pequeno, o valor do coeficiente de correlação linear de Pearson para ser significativo precisa ter elevada magnitude (próximo de $|1|$).

Será empregada a letra R que é apenas uma estimativa do coeficiente de correlação populacional ρ e é calculado com base em “ n ”, ou seja, o tamanho da amostra, assumindo apenas valores entre -1 e 1. Vale ressaltar que o coeficiente “ ρ de Pearson” mede o grau de uma correlação linear entre duas variáveis somente que são representadas pelas letras x e y . Na Tabela 1 estão os diferentes valores de R e o grau de correlação que representa.

Tabela 1 – Correspondência entre os valores de R e o Índice de Correlação

Valor de R	Correlação
-1	Negativa perfeita
$-1 < R \leq -0.7$	Negativa forte
$-0.7 < R < -0.5$	Negativa moderada
$-0.5 \leq R < 0$	Negativa fraca

AS CRISES ECONÔMICAS MUNDIAIS E AS VARIÁVEIS ECONÔMICAS NO BRASIL

0	Nula
$0 < R \leq 0.5$	Positiva fraca
$0.5 < R < 0.7$	Positiva moderada
$0.7 \leq R < 1$	Positiva forte
1	Positiva perfeita

Fonte: Elaborada pelos autores

Para calcular o Coeficiente de Pearson utiliza-se a fórmula, de acordo com as equações 1 a 3:

$$R(x, y) = \frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{X})(y_i - \bar{Y})}{\sqrt{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{X})^2} \sqrt{\sum_{i=1}^n (y_i - \bar{Y})^2}} \quad \text{eq. 1}$$

$$\bar{X} = \frac{\sum_{i=1}^n x_i}{n} \quad \text{eq. 2}$$

$$\bar{Y} = \frac{\sum_{i=1}^n y_i}{n} \quad \text{eq. 3}$$

Após o estudo das variáveis econômicas, e a correlação entre elas, a Tabela 2 apresenta os dados utilizados, onde foram obtidas as correlações mais significativas. A partir desses dados, foram realizadas as correlações pelo método de Pearson, e depois são apresentadas as análises de cada variável e suas correlações com as demais.

Tabela 2 – Valores usados para Taxa de Desemprego, juros, dólar e inflação

Anos	Variáveis			
	Dólar	Taxa de desemprego	Taxa de Juros	Inflação
2000	R\$ 1,90	4,80%	15,76%	5,97%
2001	R\$ 2,55	5,60%	19,05%	7,67%
2002	R\$ 3,55	10,50%	24,90%	12,53%
2003	R\$ 2,95	10,90%	16,32%	9,30%
2004	R\$ 2,80	9,60%	17,74%	7,60%
2005	R\$ 2,18	8,30%	18,00%	5,69%
2006	R\$ 2,15	8,40%	13,19%	3,14%
2007	R\$ 1,77	7,40%	11,18%	4,46%
2008	R\$ 2,30	6,80%	13,66%	5,90%
2009	R\$ 1,72	6,80%	8,65%	4,31%
2010	R\$ 1,72	5,30%	10,66%	5,91%
2011	R\$ 1,75	4,70%	10,90%	6,50%
2012	R\$ 2,06	4,60%	7,14%	5,84%
2013	R\$ 2,20	4,60%	9,90%	5,77%

Fonte: Banco Central e IBGE (2014)

AS CRISES ECONÔMICAS MUNDIAIS E AS VARIÁVEIS ECONÔMICAS NO BRASIL

A Tabela 3 apresenta a correlação de Pearson de todas as variáveis:

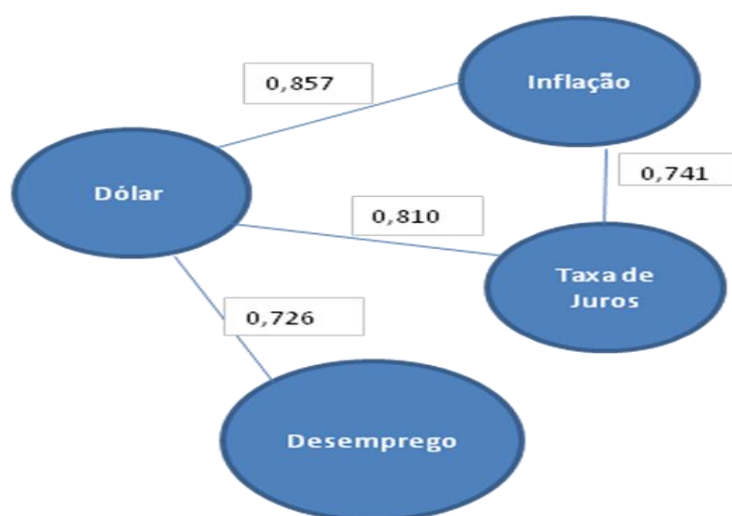
Tabela 3 - Correlações entre todas as variáveis

Variável	Variável	Correlação	Variável	Variável	Correlação
Balança de pagamentos	Dólar	-0,61	Balança de pagamentos	PIB	0,29
Balança de pagamentos	Inflação	-0,45	Balança de pagamentos	Balança Comercial	-0,07
Taxa de juros	Taxa de desemprego	0,635	Balança de pagamentos	Taxa de juros	-0,56
Balança de pagamentos	Taxa de desemprego	-0,19	Dólar	Inflação	0,857
Dólar	PIB	-0,142	PIB	Inflação	-0,155
Dólar	Balança Comercial	0,308	Dólar	Balança pagamentos	-0,61
Dólar	Taxa de desemprego	0,726	Dólar	Taxa de juros	0,81
PIB	Balança Comercial	0,344	PIB	Taxa de juros	0,146
PIB	Taxa de desemprego	0,119	Inflação	Balança Comercial	-0,375
Inflação	Taxa de juros	0,507	Inflação	Taxa de desemprego	0,488
Balança comercial	Taxa de juros	0,442	Balança comercial	Taxa de desemprego	0,442

Fonte: Elaborada pelos autores.

A Figura 1 apresenta o grafo com as variáveis que possuem maior correlação:

Figura 1 – Grafo com valores de Pearson das variáveis com maior correlação



Fonte: Elaborada pelos autores.

AS CRISES ECONÔMICAS MUNDIAIS E AS VARIÁVEIS ECONÔMICAS NO BRASIL

Observa-se, na Figura 1, o fato de a taxa de juros ter uma correlação positiva com inflação (0,741). Em seu estudo, Carrara e Correa (2012) afirmam, por meio dos resultados obtidos com os testes empíricos, que a presença dos preços ajustados por contrato na formação do índice de preços pode ser uma explicação provável para a resistência da inflação brasileira de se manter em patamares baixos por longos períodos sem a necessidade de se utilizar taxas de juros elevadas. Isso porque a inflação produzida por estes preços não responde bem a aumentos na taxa de juros, que é o principal instrumento de contenção dos preços utilizado pelo regime de metas inflacionárias, sem falar que os mesmos são vulneráveis à variação da taxa de câmbio. O estudo deste artigo se apoia na afirmação de Carrara e Correa (2012). Entretanto a forte correlação da inflação com o dólar (0,857) mostra ser um índice (o dólar) muito importante na economia brasileira. Bittencourt (2011) salienta a forte correlação da inflação com o desenvolvimento econômico do Brasil.

Em relação ao elevado peso de capitais financeiros no balanço de pagamentos do Brasil e seus impactos sobre a taxa de câmbio, Munhoz (2013) defende que, para sua diminuição, o país deve continuar utilizando medidas de controles de capitais. O estudo deste artigo revela uma correlação negativa de -0,61 entre o balanço de pagamentos e o dólar, evidenciando que a entrada de investimentos acarreta a queda do dólar.

O mesmo autor, com efeito, frisa ainda a importância para a eficácia dos controles de capitais (quer sobre a entrada, quer sobre a saída de capitais) de que tais medidas sejam complementadas por outras estratégias de fomento ao desenvolvimento econômico, como a estabilidade política, o aumento do investimento em formação bruta de capital fixo, o incentivo à exportação e políticas desenvolvimentistas rumo à modificação de problemas estruturais do balanço de pagamentos brasileiro. A experiência internacional prova essa importante complementaridade.

As correlações apresentadas na Figura 1 mostram que o dólar é o núcleo do grafo. Depreende-se que qualquer política econômica no Brasil, à luz do seu histórico, deve contemplar as quatro variáveis acima de forma simultânea. Porcile, Souza e Viana (2011, p. 589-590) concluem, em seu estudo, que “o ponto central do modelo é demonstrar que a taxa de câmbio pode induzir uma acumulação insustentável da dívida externa, se a taxa de câmbio real flutua para baixo até se tornar inferior a uma taxa de câmbio crítica.” Em particular, uma meta de inflação reduzida e uma forte resistência sindical a uma queda do salário real (e, portanto, à elevação da taxa de câmbio real mais alta) podem resultar em uma combinação particularmente explosiva. Essa combinação não tem sido rara em economias latino-americanas, onde crises externas foram recorrentes.

A Tabela 4 apresenta as correlações de Pearson da variável com a própria variável, ou seja, é feita uma tabela com os valores de 2000 a 2012 e outra tabela com valores de 2002 a 2013, e verifica-se a correlação da variável do ano anterior com o ano seguinte.

Tabela 4 – Autocorrelação das variáveis

Variável	Correlação	Variável	Correlação
Dólar	0,589	Taxa de juros	0,674
PIB	0,001	Inflação	0,563
Balança de pagamentos	0,264	Balança comercial	0,788
Taxa de desemprego	0,753		

Fonte: Elaborada pelos autores

AS CRISES ECONÔMICAS MUNDIAIS E AS VARIÁVEIS ECONÔMICAS NO BRASIL

Na Tabela 4 verifica-se que o dólar tem uma correlação positiva com o mesmo, (0,589); idem para a Taxa de desemprego (0,753) e Balança Comercial (0,788) e Taxa de Juros (0,674) e a Inflação (0,563). Isto significa que “estas variáveis tendem a ter uma ‘inércia’ para alterar a sua tendência. Exemplificando com a Taxa de desemprego (0,753) e Balança Comercial (0,788), que apresentam os maiores valores; logo, uma sequência de alta na Taxa de desemprego ou de Baixa na Balança comercial, os “remédios” aplicados para melhorar estes índices, tenderiam a reagir de forma mais lenta.

4.1 Análise dos resultados

O artigo tem como propósito maior verificar (descobrir) as correlações das variáveis, a partir dos dados históricos, conforme demonstrado nas Tabelas 3 e 4, com destaque para as mais relevantes na Figura 1. As possíveis explicações, para as correlações, foram identificadas a partir de pesquisas a literatura. As explicações podem não ser exaustivas.

Verifica-se que a taxa de juros tem uma relação positiva com a taxa de desemprego (0,635 - moderada). Uma explicação para esta correlação é porque o aumento da taxa de juros impede empréstimos e, conseqüentemente, a expansão de investimentos e compras, geração de renda, aquecimento da demanda e estímulo à oferta, levando a necessidade de mão de obra para suportar a produção junto com os demais fatores de produção. A taxa de juros e a taxa de desemprego possuem uma correlação direta moderada (0,635), indicando que a queda na taxa de juros poderá acarretar uma queda na taxa de desemprego.

No caso brasileiro, o dólar alto está correlacionado a uma inflação alta (positiva forte – 0,857), o que pode ser explicado pela elevação no custo dos insumos importados. Na correlação do dólar com a taxa de juros, positiva forte também (0,784), caso seu valor se eleve, um dos movimentos do Banco Central será elevar a taxa de juros para valorizar a moeda brasileira. Com a Balança Comercial (BC), o dólar tem correlação positiva fraca (0,308), no período considerado; os fluxos de capitais internacionais, podem influenciar nesta correlação. Isso significa que não somente o dólar influencia o saldo dessa balança, mas outras variáveis, como a inflação, a taxa de juros. Com a taxa de desemprego tem correlação positiva forte (0,725), pois para conter seu crescimento haverá uma política monetária restritiva com elevação da taxa de juros, o que inibirá conseqüentemente, a produção e a demanda por trabalho.

Na relação da variável PIB com as demais, observa-se que com o dólar foi encontrada uma correlação negativa forte (-0,142), ou seja, com a elevação da cotação da moeda norte-americana tem-se uma redução do crescimento do PIB. Isso se explica pelo fato de o encarecimento das importações de insumos desestimularem a produção de bens que dependem desses produtos para serem manufaturados. Além disso, a queda do dólar estimula uma maior exportação e encarece a importação, só se mantém a longo prazo com incremento da produtividade.

O PIB com o Balanço de Pagamentos (BP) tem uma relação positiva fraca (0,29), o que se explica pelo fato de o BP registrar as entradas e saídas de divisas (em várias contas e balanças que incluem diversas transações) e não somente de bens, cujo registro é realizado nas exportações (vendas) e importações (compras), contabilizadas dentro das Transações Correntes e, em uma de suas balanças, a Balança Comercial. Na verdade, seu objetivo é registrar outras atividades, na balança de serviços, como: fretes e seguros; renda de capitais que inclui lucros e juros; viagens internacionais; outros serviços com *royalties*, *copyrights*, gastos com embaixadas e consulados; os donativos na balança de transações unilaterais; a balança de capitais com

AS CRISES ECONÔMICAS MUNDIAIS E AS VARIÁVEIS ECONÔMICAS NO BRASIL

investimentos, empréstimos, financiamentos e amortizações; e transações compensatórias que incorram nas variações de divisas. Assim, como o registro do BP vai além de transações comerciais de bens e serviços (setor produtivo) realizadas internamente, como é o caso do PIB, em determinado período de tempo, sua correlação é fraca.

Por o PIB ser o somatório da produção dos três setores da economia e por o Brasil ter um mercado doméstico com alta demanda, o que leva a um destino de seu produto para esse mercado e não somente e exclusivamente para o mercado externo, a sua correlação com a Balança Comercial é positiva fraca (0,344).

O resultado da correlação entre PIB e taxa de juros é positiva fraca (0,146), pois ao mesmo tempo em que a taxa de juros alta pode inibir a produção e consumo - via redução de investimentos, devido à alta do custo de empréstimos para a realização dos investimentos e ao encarecimento dos financiamentos para os consumidores – pode, conseqüentemente, levar a um desaquecimento da economia.

O PIB e a taxa de desemprego têm correlação positiva fraca (0,119), o que significa que o impacto de um crescimento contido do Produto e da economia pode causar desemprego, mas não é seu único fator, pois alguns setores de base da economia, já estáveis não demitirão para se manterem ativos, a mão de obra não pode ser considerada custo variável em todo seu conjunto, e outras variáveis como inflação podem elevar a taxa de forma mais intensa.

A inflação e o PIB têm uma correlação negativa fraca (-0,155), o que denota que a elevação de preços não causaria uma redução drástica do crescimento da economia, mas com a inflação sabe-se que a demanda se contrai, levando à oferta a se comportar da mesma forma, reduzindo produção, crescimento.

Quanto ao BP, sua correlação com o dólar (taxa de câmbio) é negativa moderada (-0,61), ou seja, seu saldo de gastos (apesar de ter de ‘zerar’) tende a se elevar quando a cotação do dólar está baixa. Uma possível explicação seria porque, no Brasil, há gastos elevados com bens e serviços vindos do exterior (importações, gastos de turistas brasileiros no exterior, viagens de brasileiros ao exterior, elevando-se os gastos do Brasil com pagamento de *royalties*, *copyright*, patentes, embaixadas e consulados no exterior, pagamento de juros e amortizações de empréstimos, entre outros), o que levaria a uma saída em uma quantia elevadíssima de divisas do país.

Com a inflação, a correlação do BP é negativa fraca (-0,45), ou seja, uma elevação do nível geral dos preços tem efeito inverso nos registros de entrada e saída de dólares do Brasil. Uma possível explicação para esta correlação negativa seria pelo fato de se ter uma entrada de produtos importados alta e conseqüente saldo menor na BC, que seriam insumos da produção das empresas instaladas em território nacional, como já foi afirmado anteriormente, levando à elevação dos preços finais dos produtos.

O BP e a taxa de desemprego têm correlação negativa fraca (-0,19), pois pela Economia são variáveis ‘distantes’ na análise econômica. Já com a taxa de juros tem correlação negativa moderada (-0,56), ou seja, uma taxa de juros alta levaria a um saldo reduzido do BP, pela redução da produção interna e conseqüente exportações menores (menos entrada de dólar), pagamento em maior volume de juros e dívidas e, simultaneamente, entrada maior de capitais. Com a BC, o BP tem uma correlação quase nula (-0,07), o que indica que está próximo do que ocorre na realidade; os saldos de todas as balanças influenciam o saldo final do BP. Estas foram às correlações encontradas pela análise da série histórica do período.

AS CRISES ECONÔMICAS MUNDIAIS E AS VARIÁVEIS ECONÔMICAS NO BRASIL

A BC com a taxa de juros tem uma correlação positiva fraca (0,442), o que denota que com o aumento das taxas de juros, seu saldo se elevaria, também, não na mesma proporção, podendo ser explicada pelo fato de a moeda nacional se valorizar com a elevação dos juros e isso fazer com que – caso haja um total de divisas saindo via importações superior ao que entrar via exportações – o saldo dessa balança ser positivo, então. Com a taxa de desemprego, essa balança também tem correlação positiva fraca (0,4424), pois se há exportações mais altas, desconsiderando variação na taxa de câmbio, significa que o País tem produção mais alta para aumentar sua participação nas exportações, elevando sua demanda por trabalho (principalmente o Brasil que tem produtos que lideram as exportações, como minério e agropecuários, que em seus processos produtivos demandam mais mão de obra que setores do setor secundário).

Por fim, as correlações entre inflação e demais variáveis. Com a taxa de juros tem uma correlação positiva moderada (0,507), ou seja, a taxa de juros elevada poderia elevar a inflação. Isso poderia ocorrer no momento em que, pela taxa de juros elevada para conter a inflação, um momento de retomada de estabilidade, a demanda começar a se aquecer e a oferta não alcançar o mesmo ritmo, e se ter uma inflação de demanda, quando esta é maior que a oferta, e os produtores precisarem elevar os preços para selecionar seus consumidores.

A correlação com a BC é negativa fraca (-0,375), ou seja, taxa de inflação alta significaria saldo baixo da balança, o que faz sentido na medida em que os produtos brasileiros ficam mais caros e perdem competitividade no mercado externo, exporta-se menos, supondo importações constantes, o saldo tenderia para reduzido a negativo. É um dos efeitos negativos da inflação, afetar o saldo da BC.

Com a taxa de desemprego tem correlação positiva fraca (0,488), pois em um momento, com a inflação e a perda do poder aquisitivo da população, a demanda reduzida poderia levar a redução da oferta, da produção, desaquecimento da economia, perda de emprego, movimentos naturais da Economia. Contudo, o governo usando políticas macroeconômicas, como a fiscal, pode reduzir o impacto da inflação na taxa de desemprego, por exemplo.

5. Conclusão

Por meio desse estudo, pode-se observar que as crises econômicas do período 1994 a 2009 estão relacionadas a problemas e desequilíbrios monetários, financeiros e cambiais. Isso ocorre pela integração das economias dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, que passaram a integrar os mesmos mercados, em que as ações estão relacionadas e causam impactos entre si. Contudo, devido aos diferentes níveis existentes de estabilidade econômica, pode haver reações, impactos, retomadas de crescimento em ritmos diferentes.

Verifica-se pela Figura 1 e Tabela 4 que não se pode pensar em reduzir a inflação, trabalhando com a taxa de juros, sem esquecer os efeitos do dólar na taxa de juros e inflação, a correlação dólar desemprego, e o fato do desemprego ser fortemente autocorrelacionado (0,753). A Taxa de juros, tendo um histórico de correlação positiva com a inflação, deveria levar a uma revisão do cálculo do índice de inflação. Quanto ao valor do dólar, ele é uma variável de grande influência na economia brasileira.

A integração entre as economias e a correlação entre as variáveis econômicas confirma a necessidade de estudos em torno dessas análises, pois as crises só tendem a se agravar e serem difundidas pelas economias, dada a influência que as variáveis exercem entre si em

AS CRISES ECONÔMICAS MUNDIAIS E AS VARIÁVEIS ECONÔMICAS NO BRASIL

economias integradas, então a crise em um país de outro hemisfério afetaria a economia de outro país do lado oposto do globo.

Sugere-se um estudo econométrico que auxilie na análise dessas correlações e das variáveis econômicas, com uma pesquisa mais aprofundada da macroeconomia.

Referências

- Balbino, C. E., Colla, E. & Teles, V. K. (2011). A Política Monetária Brasileira sob o Regime de Metas de Inflação. *Revista Brasileira de Economia*, 65, 113-126.
- Baltar, P. (2014). Política econômica, emprego e política de emprego no Brasil. *Estudos Avançados*, 28, 95-114.
- Bernal-Meza, R. (2002). A política exterior do Brasil: 1990-2002. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 45, 36-71.
- Bittencourt, M. (2011). Inflation and financial development: Evidence from Brazil Economic Modelling. *Economic Modelling*, 28, 91-99.
- Carneiro, D. D., Salles, F. M. & Yen Hon Wu, T. (2006). Juros, câmbio e as imperfeições do canal do crédito. *Economia Aplicada*, 10, 7-23.
- Carrara, A. F. & Correa, A. L. (2012). O regime de metas de inflação no Brasil: uma análise empírica do IPCA. *Revista de Economia Contemporânea*, 16, 441-462.
- Cipolla, F. P. (2012). Diferentes teorias marxistas de crise e diferentes interpretações da crise atual. *Economia e Sociedade*, 21, 39-59.
- Cruz, C. D. & Carneiro, P. C. Modelos biométricos. Editora UFV, Viçosa, 2003.
- Cruz, C. D. & Regazzi, A. J. Modelos biométricos aplicados ao melhoramento genético. Editora UFV, Viçosa, 1997.
- Dathein, R. (2011). Crise econômica e taxa de lucro nos EUA. *Revista de Economia Contemporânea*, 15, 322-341.
- Fonseca, P. C. D.; Cunha, A. M. & Bichara, J. da S. (2013). O Brasil na Era Lula: retorno ao desenvolvimentismo?. *Nova Economia*, 23, 403-428.
- Gadelha, Sérgio Ricardo de Brito (2011). Política fiscal anticíclica, crise financeira internacional e crescimento econômico no Brasil. *Revista de Economia Política*, 31, 794-812.
- Guimarães, J. (2001). A crise do paradigma neoliberal e o enigma de 2002. *São Paulo em Perspectiva*, 15, 136-144.
- Günther, H. (2006). Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão?. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22, 201-210.
- Hair JR., J. F., Babin, B.; Money, A. H. & Samouel, P. Fundamentos de métodos de pesquisa em administração. Editora Bookman, Porto Alegre, 2005.
- Hazlitt, H. Economics in One Lesson. Editora Three Rivers Press, Londres, 1988.
- Lopes, F. L. A dimensão da crise. In: Bacha, E. L.; Goldfajn, I. Como reagir à crise? Políticas Econômicas para o Brasil. Editora Imago, Rio de Janeiro, 2009.

AS CRISES ECONÔMICAS MUNDIAIS E AS VARIÁVEIS ECONÔMICAS NO BRASIL

- Marques, R. M.; Nakatani, P. (2013). Crise, capital fictício e afluxo de capitais estrangeiros no Brasil. *Caderno CRH*, 26, 65-78.
- Marquetti, A.; Maldonado Filho, E. & Lautert, V. (2010). The profit rate in Brazil, 1953-2003. *Review of Radical Political Economics*, 42, 485-504.
- Menezes, A. C., Moreira, T. B. S. & Souza, G. S. (2005). Credibilidade e crises cambiais: uma aplicação do modelo de Velasco. *Economia Aplicada*, 9, 445-463.
- Milaré, L. F. L. (2013). A (im)previsibilidade da crise e o pluralismo da Economia. *Revista de Economia Política*, 33, 659-670.
- Ministério da Fazenda (2010). *Economia Brasileira em Perspectiva – Edição Especial de 2010*. Brasília. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/divulgacao/publicacoes/economia-brasileira-em-perspectiva/economia_brasileira_em_perspectiva_pt_ed_especial_2010.pdf>. Acesso em: 03 maio 2015.
- Miranda, M. C. (2006). Crises cambiais e ataques especulativos no Brasil. *Economia Aplicada*, 10, 287-301.
- Monteiro, J.V. (2008). Um padrão de políticas na crise econômica mundial. *Revista de Administração Pública*, 42, 1237-48.
- Monteiro, J. V. (2009). Percepções analíticas da crise econômica e racionalidade política. *Revista de Administração Pública*, 43, 521-529.
- Monteiro, J. V. (2011). A conjuntura das escolhas públicas. *Revista de Administração Pública*, 45, 885-893.
- Moore, D. S. *The Basic Practice of Statistics*. Editora Freeman, New York, 2007.
- Morais, L. & Saad-Filho, A. (2011). Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. *Revista de Economia Política*, 31, 507-527.
- Moreira, T. B. S. & Soares, F. A. R. (2010). A Crise Financeira Internacional e as Políticas Anticíclicas no Brasil. Tema III: Política Fiscal e a Crise Econômica Internacional. *Finanças Públicas – XV Prêmio Tesouro Nacional*, 1-69.
- Munhoz, V. C V. (2013). Vulnerabilidade externa e controle de capitais no Brasil: uma análise das inter-relações entre câmbio, fluxos de capitais, IOF, juros e risco-país. *Nova Economia*, 23, 371-402.
- Pochmann, M. (2009). Work in the economic Crisis in Brazil: First signs. *Estudos Avançados*, 23, 41-52.
- Porcile, G., Souza, A. & Viana, R. (2011). Metas de inflação, taxa de câmbio real e crise externa num modelo kaleckiano. *Revista de Economia Política*, 31, 579-593.
- Prates, D. M.; Cunha, A. M. & Lélis, M. T. C. (2011). O Brasil e a crise financeira global: avaliando os canais de transmissão nas contas externas. *Revista de Economia Contemporânea*, 15, 62-91.
- Ramos, L.; Vadell, J.; Saggiaro, A. & Fernandes, M. (2012). A governança econômica global e os desafios do G-20 pós crise financeira: análise das posições de Estados Unidos, China, Alemanha e Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 55, 2012.

AS CRISES ECONÔMICAS MUNDIAIS E AS VARIÁVEIS ECONÔMICAS NO BRASIL

Reinhart, K. S.; Rogoff, C. M. Oito séculos de delírios financeiros: desta vez é diferente. Editora Campus, Rio de Janeiro, 2010.

Rippel, R. & Rippel, V. (2008). Considerações a Respeito das Origens, dos Acontecimentos e das Consequências da Crise Econômica Mundial Atual. Informe Gepec, 12, 6-27.

Salama, P. (2010). Brasil, balanço econômico, sucessos e limites. Estudos Avançados, 24, 167-183

Vidal, T. L. (2011). Crises financeiras: efeito contágio ou interdependência entre os Países? Evidências utilizando uma abordagem multivariada. 173 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.

Vieira, F. V. & Veríssimo, M. P. (2009). Crescimento econômico em economias emergentes selecionadas: Brasil, Rússia, Índia, China (BRIC) e África do Sul. Economia e Sociedade, 18, 513-546.

World Bank. GDP Growth (annual %) (2015). Data. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?page=1>>. Acesso em: 21 abril 2015.